

## Entre os restos da ditadura e da democracia, de Edson Teles

*[Teles, Edson. Entre os restos da ditadura e da democracia O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.]*

Renan Quinalha<sup>2</sup>

“O abismo na história” compila escritos diversos de Edson Teles gestados ao longo de seis anos, entre 2009 e 2015. Basicamente, o livro reúne quase 30 ensaios que circularam como textos de intervenção e análise em diferentes veículos da imprensa e sites, coincidindo com o processo de discussão, instauração, execução dos trabalhos e entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Na precisa definição do próprio autor, os textos se constituem como uma espécie de “diário político”, em que “peças de ativismo” se misturam com escritos que mobilizam “afetos e subjetividades”. Trata-se de um cruzamento singular entre “lutas emergentes, militância política e pesquisa acadêmica”, universos nos quais Edson transita e vem se destacando como intelectual público no sentido forte desse termo.

O livro funciona como uma reunião de crônicas políticas, ou seja, de textos curtos envolvendo questões candentes da vida política brasileira em uma de suas fases mais turbulentas, que foi de uma Comissão da Verdade para apurar violências da ditadura a um golpe parlamentar em 2016. Sem dúvida alguma, esse momento histórico retratado pelas

<sup>2</sup> Professor de Direito da UNIFESP.

reflexões contidas no livro mostra-se um substrato privilegiado para compreender as potencialidades e os limites de nossa democracia.

Do ponto de vista formal, o livro está dividido em três seções principais. A primeira delas, intitulada “O que resta da democracia”, é composta por dez ensaios sobre as lutas pela verdade e memória em relação à ditadura de 1964, com especial destaque para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Nessa mesma seção é que se encontra o texto “A construção em abismo na história”, que praticamente dá nome ao livro e expressa sua ideia central segundo a qual a democracia brasileira operou um mecanismo bifronte em que cada avanço na institucionalização dos direitos humanos também significava, paradoxalmente, um salto no precipício. Ou, nas precisas palavras do autor, “abismo porque quanto mais se lança em direção à chamada verdade, mais se confirma que pouco será desvelado”.

Já na segunda parte, “A tortura é a razão”, encontram-se oito ensaios variados sobre as graves violações de direitos humanos da ditadura, sua política de silenciamento e a prática da impunidade com a anistia no período pós-transição. Além disso, há alguns textos de caráter mais pessoal que revelam o modo como o autor, por sua biografia e militância, guarda uma implicação profunda com o tema. São eles: o texto com as memórias do autor aos 4 anos, quando teve seus pais presos; um ensaio sobre o falecimento de seu pai, o militante Cesar Teles; e um outro artigo que relata a importante – e vitoriosa – batalha judicial da família Teles pela declaração de Carlos Alberto Brilhante Ustra como torturador.

Na terceira seção, há nove análises sobre o tempo presente, com leituras de conjuntura com foco em acontecimentos tão recentes como polêmicos, a exemplo das jornadas de Junho de 2013. Encerram o livro dois “fragmentos”, em que o autor busca evidenciar o processo de gestação do golpe de 2016 e sua relação com uma democracia de segurança no Brasil.

A despeito da relativa independência que os textos possuem entre si, podendo ser lidos isoladamente da maneira como foram publicados, fato é que a compilação em uma única obra confere um sentido

novo e outras possibilidades de leitura tanto a cada um deles como também ao conjunto.

Há, permeando todos os ensaios, um esforço de análise de acontecimentos diversos em uma conjuntura sempre multifacetada e uma preocupação constante pela construção de alternativas pelas brechas nos bloqueios que são postos à ação política transformadora. Sem ceder a receitas fáceis e dogmáticas, o livro tem o grande mérito de colocar em cheque, de um lado, as ilusões liberais que nos foram prometidas para não serem cumpridas e, de outro, as apostas de transformação que se pautaram por uma crença ingênua na institucionalidade fria que nos sonega, diariamente, a realização dos direitos humanos.

Com efeito, usando de instrumentais da filosofia política, sua área principal de atuação, Edson dialoga de modo bastante frequente com o universo da ciência política e do direito. No entanto, contrariamente às perspectivas formalistas do Estado de Direito que ainda dominam o pensamento jurídico, o livro vai desenhando as ambiguidades e paradoxos das estruturas do poder e da linguagem da lei que terminam enredando, em um labirinto, os movimentos que anunciam emancipar.

Assim, o autor não cede à tentação de uma visão instrumental do direito e à correspondente compreensão voluntarista da política. Conquistas sob a forma dos direitos são reconhecidas, como no caso da Comissão Nacional da Verdade, mas também são postas em um quadro mais amplo de modo a evidenciar as contradições de um processo histórico complexo e em aberto.

Avanço, desse modo, faz par com o próprio retrocesso que se buscava superar e, assim, o passo adiante pode estar levando a um abismo. “Pode”, aqui, é essencial, pois se refere a uma potencialidade, ao campo do possível, e não a uma condenação fatalista e de antemão como se todo esforço de mudança fosse vão e administrado. Não há, nos ensaios, qualquer destino inescapável facilmente convertido em paralisia política, mas sim uma visão lúcida dos avanços e dos limites das apostas políticas que demonstram que mais direitos não significa mais liberdade ou mais justiça. Daí o autor afirmar que é preciso pen-

sar “sempre com prudência, como tempos difíceis exigem, mas sem jamais abandonar a radicalidade e a paixão”.

E isso, no atual momento de polarização excessiva do debate público, é muita coisa. Não há, nas reflexões do livro, um registro maniqueísta que nos obriga a escolher ou a exaltação de um discurso liberal sobre direitos humanos ou a completa rejeição das instituições estatais burguesas, dois polos reducionistas que hegemonomizam boa parte das visões de esquerda sobre o Estado e seus direitos na atualidade.

Democracia e direito são levados a sério no livro porque são reconhecidos como importantes demais na vida concreta da sociedade para serem descartados no altar das abstrações críticas de uma filosofia academizada. Isso não significa, contudo, que seja cultivada uma crença desmedida e sem uma boa dose de ceticismo nas instituições e discursos que dão forma às estratégias astutas de um poder de vocação autoritária.

Assim, no livro, democracia e direitos são palavras que só ganham sentido enquanto uma gramática da emancipação se pautados por uma práxis política a lhes dar forma e conteúdo. Nesse sentido, há, em diversos dos ensaios, nítida sensibilidade e engajada disposição do olhar do autor para perceber as nuances das diferentes formas de ação política dentro das fissuras da ordenação cada vez mais violenta da vida social brasileira. É o caso, por exemplo, dos textos sobre os escraches, sobre os rolezinhos e sobre Junho de 2013.

Dessa forma, a tensão permanente entre emancipação e controle social no Estado de Direito, nos cruzamentos entre os diferentes tempos históricos da violência institucionalizada no Brasil, talvez seja o principal eixo a interligar as análises concretas de diferentes temas e dar coerência ao conjunto da obra.

Essa perspectiva crítica e bastante singular sobre a política brasileira, que já vinha marcando a produção teórica do autor em outros trabalhos anteriores, apresenta ao menos uma consequência fundamental para compreender os limites da ordem democrático-constitucional de 1988, qual seja, a incômoda constatação de que há muito mais de

segurança nacional e exceção em nosso Estado de Direito do que gostaríamos de crer.

Isso porque o autor rompe com a leitura já tradicionalizada, tanto na literatura mais institucionalista quanto na visão de alguns atores políticos, no sentido de que há uma ruptura total e uma distância irreversível entre ditadura e democracia. Pensando para além das categorias conceituais, para Edson, trata-se de identificar – e desativar – os modos autoritários de gestão da política e da lógica de governo pautada na ampliação das zonas de exceção que determinam mais continuidade do que rompimentos na passagem entre diferentes regimes políticos.

Prova disso é a maneira como os ensaios abordam não apenas o que resta da ditadura, para usar o título de um livro anterior co-organizado pelo autor, mas também o que resta da transição controlada na configuração da nossa democracia consolidada com baixíssima intensidade democrática. Para o autor, é preciso entender não apenas o que herdamos da ditadura, mas também o que a democracia naturalizou sob o manto dos acordos da política do possível.

Com esse deslocamento na análise, o livro se afasta, de modo equidistante, tanto do argumento que se (auto)ilude com a total diferenciação por oposição entre ditadura e democracia quanto da leitura (supostamente radical) de que ambas seriam equivalentes e idênticas entre si, apesar dos nomes diferentes.

Pensar assim, de forma complexa, causa incômodos porque não apresenta as fórmulas prontas de ação política. Contudo, o livro oferece aos leitores um convite ousado de pensar e de fazer a política para além das margens de uma determinada governabilidade que desembocou na morte lenta e por asfixia da democracia que estamos vivendo hoje.

Entre os restos da ditadura e da democracia que nos governam, este livro nos mostra que a crise política que vivemos não é desvio acidental de rota, mas projeto gestado e executado com mecanismos de exceção dentro do Estado de Direito. Daí porque é necessário perder as ilusões para salvar as esperanças.